

NESTA EDIÇÃO

ARTIGOS

A Transição
Eslovena

DANILO TÜRK

A Alemanha Altera
a Geopolítica
do Leste Europeu

AMAURY PORTO
DE OLIVEIRA



NOTAS E INFORMAÇÕES

Bulgária
CEI

Europa Central
Países Bálticos
Rússia



TECNOLOGIA
& NEGÓCIOS

Eslovênia e Brasil:
Parceria

Bem Sucedida

STEFAN BOGDAN SALEJ



RESENHA

Poesia Dominou
no Cenário da
Literatura Eslovena
do Século XX

ALEKSANDAR JOVANOVIĆ

A TRANSIÇÃO ESLOVENA

DANILO TÜRK



A "cidade museu": Ptuj, a mais antiga cidade eslovena

A Transição Eslovena

DANILO TÜRK

A Europa em Transição

As mudanças na Europa Central e Oriental na última década foram consideráveis e são descritas em uma variedade de maneiras. Algumas vezes são descritas como uma “revolução”¹, enquanto, no outro lado do espectro, alguns autores consideram estas mudanças mera consequência do colapso da União Soviética. Há uma variedade de caracterizações intermediárias. A diversidade da caracterizações é típica da discussão sobre a natureza da mudança, de seu contexto histórico e das especificidades que a marcam em diferentes países da área.

A Eslovênia é um exemplo interessante por várias razões: sua “transição” começou há bastante tempo, e de modo geral tem sido suave e relativamente fácil – os custos sociais e econômicos têm sido baixos quando comparados com a maioria, senão com todos os outros países. Ela sofreu inúmeras consequências das guerras que caracterizaram a desintegração da antiga República Federal Socialista da Iugoslávia, mas não foi por elas afetada severamente. De acordo com alguns critérios, a Eslovênia está particularmente bem colocada como candidata a membro da União Européia.

É importante entender a transição na Europa Central e Oriental e em cada país individualmente no contexto histórico apropriado. Este contexto inclui não só as condições políticas, econômicas e sociais nos países da Europa Central e Oriental, mas também a mudança geo-política. O colapso da União Soviética e a desintegração da esfera soviética de influência na Europa criaram a necessidade de desenvolver um novo sistema político na Europa. Como o historiador britânico A. J. P. Taylor observou há meio século atrás, em seu livro sobre a história da Monarquia dos Habsburgos², a real solução para o problema da Europa requeria a “transferência da força industrial para a Europa do Leste”. A chave para a solução era, por-

tanto, conhecida há muito tempo. Agora, no período da transição pós guerra fria, existem tanto as condições econômicas apropriadas como as instituições necessárias, especialmente a União Européia, que podem tornar esta “transferência da força industrial” uma possibilidade real. É necessário enfatizar que o que é comumente discutido em termos mais técnicos como uma “ampliação da União Européia”, ou o “acesso de novos membros” da Europa Central e Oriental, é o caminho para a solução de um dos problemas históricos cardinais e remanescentes da Europa.

Este processo é evolucionário e não revolucionário, em sua natureza. Ele não poderia ter ocorrido em períodos anteriores: a integração econômica e política da Europa Ocidental é condição para a “transferência da força industrial” para a Europa Oriental. Na ausência de tal condição, a Europa Oriental – como uma parte particularmente fraca da Europa – estava fadada a ser uma área dominada pela Alemanha ou pela Rússia. Ambos os casos ocorreram. Atualmente, entretanto, existem condições que podem de fato tornar a Europa inteira um continente muito mais estável e próspero.

O povo na Europa Central e Oriental compreende muito bem a natureza dessa evolução. Ele, de um modo geral, apoiou a mudança e continua a fazê-lo. Mas este apoio não foi motivado por quaisquer idéias revolucionárias. A rejeição do sistema comunista não foi uma conquista revolucionária, como alguns comentaristas sugerem³. A mudança não foi motivada por uma visão de um novo tipo de relações sociais, mas pela idéia de normalização. A idéia de mudança foi expressa em termos de direitos humanos e da necessidade de estabelecer normalidade política baseada no mercado. Este desejo de normalidade e da mudança consequente resultou da decadência e do desvanecimento da energia da regra comunista. O muro de Berlim – e outros muros soviéticos, reais ou metafóricos – caíram porque nin-

guém acreditava neles com força suficiente para continuar a mantê-los⁴.

A Europa Central e Oriental tinham consciência dos perigos de tudo o que se inclui na categoria de revolução. Elas tinham consciência de que o seu futuro está em uma Europa unificada, e que nesta Europa as revoluções são coisa do passado, muito como as lutas dinásticas e as guerras por territórios que, como as revoluções, caracterizaram os estágios anteriores da história européia.

Por isso, em geral, a transição na Europa Central e Oriental tem se constituído em um processo evolucionário motivado pelo desejo de normalidade e pela compreensão de que existem novas condições para tornar possível a idéia de uma Europa unificada.

Este é, sinteticamente, o amplo quadro compartilhado por todos na Europa Central e Oriental. Entretanto, o amplo quadro não é um quadro completo. Necessitamos de habilidade para ver os detalhes e as diferenças de situação de cada país da região. Estas diferenças refletem as diferentes experiências históricas de cada país assim como as diferenças em suas condições econômicas, sociais e políticas quando da transição.

Discutindo a transição na Eslovênia, deve-se dizer que sua transição é parte do amplo quadro da Europa Central e Oriental, enquanto no quadro completo, existem características específicas que precisam ser corretamente entendidas.

As Características da Transição na Eslovênia

Alguns elementos de transição eram visíveis na Eslovênia já há décadas. Como república constituinte da antiga República Federal Socialista da Iugoslávia, a Eslovênia não sofreu as consequências de uma economia centralmente planejada, a qual foi abolida nos anos 1960. A autogestão socialista, enquanto modelo revolucionário experimental de uma economia socialista, assegurava um grau de inicia-

¹ Um exemplo deste e de outros pontos de vista alternativos em *inter alia* Timothy Garton Ash, *Ten Years After*. New York Review of Books, 18 de novembro de 1999.

² A.J.P. Taylor, *The Habsburg Monarchy, 1809-1918. A History of the Austrian Empire and Austria-Hungary*. London, Hamish Hamilton, 1948.

³ Ver Timothy Garton Ash, *ibidem*.

⁴ David Fromkin, *Weighed Down by a Social Communist Legacy of Cynicism*. International Herald Tribune, 8 November 1999.

tiva empresarial e de autonomia de decisão econômica. A localização geográfica da Eslovênia, como vizinha da Itália e da Áustria, e a liberdade de movimentação que era garantida em toda a República Federal Socialista da Iugoslávia, possibilitou a familiarização com a situação política e econômica ocidental e tornou possível certos tipos de cooperação econômica. Estes eram importantes ativos para a transição futura, de que não dispunham outros países da Europa Central e Oriental. Adicionalmente, a cultura política era relativamente tolerante e a ordem comunista relativamente benigna – não houve prisioneiros políticos na Eslovênia durante décadas.

Quando a República Federal Socialista da Iugoslávia começou a desintegrar – em meados dos 80 – a Eslovênia desenvolveu sua nova visão do futuro relativamente cedo. Em 1986-1987, o crescimento do nacionalismo sérvio ganhou tamanhas proporções que se tornou claro que a federação iugoslava poderia desintegrar-se como resultado de acontecimentos impulsionados por esse poderoso fator político. A Eslovênia tinha que começar a pensar em termos de auto-preservação e de opções para o futuro. A independência foi obviamente uma delas, mas não a mais proeminente no começo. Foram apresentadas, pelos representantes eslovenos e seu partido comunista, propostas de uma reforma constitucional que poderia assegurar respeito pelos direitos humanos e limitar o escopo do poder de estado em toda a República Federal Socialista da Iugoslávia, provendo uma maior autonomia para as repúblicas constituintes. Como as crises econômica e política na República Federal Socialista da Iugoslávia aprofundaram-se em 1989-1990, a Eslovênia propôs a transformação do estado federal em uma confederação. Todas essas propostas foram rejeitadas pelos líderes da Federação e pelo Sr. Milosevic, naquele então a figura política mais influente na Iugoslávia. Em 1990 a situação da República Federal Socialista da Iugoslávia degenerou em violência. Os primeiros atos de violência política no verão de 1990, que

anunciaram o eminente colapso, constituíram motivo de alarme. Cerca do final de 1990, tornou-se claro que a opção de independência tinha que ser colocada em primeiro plano entre as opções para o futuro. No referendo que teve lugar em 12 de dezembro de 1990, 88,5% dos votantes registrados da Eslovênia optaram pela independência. O parlamento da Eslovênia considerou esta decisão como compromisso e começou a preparar os instrumentos legais para a independência, enquanto o governo deveria preparar os passos práticos necessários para a independência nos seis meses seguintes, isto é, até o final de junho de 1991.

Depois da proclamação da independência, em 25 de junho de 1991, o exército federal interveio na Eslovênia. O que o Exército Popular Iugoslavo e seus líderes políticos não entenderam foi o desejo do povo da Eslovênia de insistir na independência e de defendê-la. Além disso, eles não esperavam que as unidades do exército federal, compostas por conscritos de todas as partes da Iugoslávia rapidamente se desintegrassem. Em 10 dias de conflito militar, 7.133 (aproximadamente 30%) dos quase vinte e quatro mil soldados do Exército Popular da Iugoslávia ou desertaram ou se renderam. Foi acertado um cessar fogo em 7 de julho de 1991. O Exército Popular da Iugoslávia começou a retirar-se da Eslovênia em um processo terminado no final de outubro de 1991. A independência da Eslovênia foi conseguida. O novo estado independente da Eslo-

vênia foi reconhecido no começo de 1991 e tornou-se um membro da ONU em 22 de maio de 1992. A fase crítica de transição política da Eslovênia estava então terminada.

Nos anos subsequentes, a Eslovênia demonstrou sua habilidade para conduzir uma política externa bem sucedida. Ela resolveu a maioria das questões com seus vizinhos (Itália, Áustria, Hungria e Croácia); ela tornou-se membro do Conselho da Europa em 1993 e iniciou negociações com a União Européia sobre o Acordo de Associação. Estas negociações foram concluídas com êxito em 1997, quando então a Eslovênia tornou-se um dos primeiros colocados (*front runners*) no embate para tornar-se membro da União Européia - juntamente com a República Tcheca, a Estônia, a Hungria, a Polônia e Chipre. Em 1997, a Eslovênia foi eleita para o Conselho de Segurança da ONU e vem de terminar com sucesso o seu termo bienal (1998-1999) neste importante órgão internacional. A Eslovênia está também entre os candidatos ao ingresso na OTAN.

Pode-se afirmar sem exagero que a Eslovênia provou ser um estado bem sucedido na arena internacional. Com exceção de sua participação como membro da OTAN, ela conseguiu tudo o que podia ser imaginado. Seu trabalho no Conselho de Segurança na ONU demonstrou que a Eslovênia - um membro da ONU há meros cinco anos - pode desempenhar um papel responsável e útil nos esforços para a manutenção de paz e da segurança internacionais.



Tolar, moeda eslovena instituída em 1991

Evolução Política e Transição Econômica na Eslovênia

A independência e o sucesso no plano internacional foram os aspectos mais visíveis da transição. Os aspectos político e econômico domésticos, entretanto, não foram menos interessantes.

A evolução do sistema político da auto gestão socialista para a democracia parlamentar começou no final dos anos 80, três a quatro anos antes da independência. Um evento importante que acelerou este processo ocorreu em 1988, quando as autoridades militares prenderam e processaram quatro jornalistas eslovenos por obtenção ilegal de documentos militares secretos. O fato de que o sistema legal da antiga República Federal Socialista da Iugoslávia autorizava cortes militares a julgar civis constituía significativa contravenção dos padrões internacionais de direitos humanos. Além disso, os documentos secretos eram relativos a planos para a prisão de figuras políticas e intelectuais eslovenos em caso de introdução de um estado de emergência no país. Adicionando insulto à injúria era o fato de que os jornalistas estavam sendo julgados em Ljubljana, a capital eslovena, em língua sérvia, muito embora fosse suposto que o esloveno gozava do *status* de uma das quatro línguas oficiais da República Federal Socialista da Iugoslávia. O caráter anti-democrático dos documentos em questão e do processo de “justiça militar” tornou-se aparente para o público esloveno, que protestou *en masse* contra esta situação anti-democrática. Direitos humanos e democracia pluralista tornaram-se as principais demandas do público e elementos chave da busca da normalidade. Nesse sentido, a mobilização do povo pela democracia foi similar aos eventos ocorridos em outras partes da Europa Central.

Em 1989 foram criados partidos políticos e um ano mais tarde foram realizadas as primeiras eleições democráticas. A Eslovênia optou por um sistema eleitoral proporcional e por uma forma parlamentar de governo. Em 1989-1990 foram introduzidas mudanças constitucionais e após a independência uma nova constituição foi adotada. O primeiro governo de coalizão eleito democraticamente assumiu o poder na primavera de 1990. Após a independência, foram realizadas eleições em 1992 e 1996. A terceira eleição da Eslovênia independente será realizada em 2000. As eleições são realizadas em intervalos regulares e resultaram na criação de governos de coalizão. Embora a

A Eslovênia tem oito regiões bem definidas.



composição desses governos mude, um partido, o dos Democratas Liberais, mantém-se como o parceiro central da coalizão. Seu presidente, Dr. Janez Drnovsek foi eleito primeiro ministro em 1992 e em 1996, e é hoje o primeiro ministro de mais longo exercício nessa função na Europa.

Embora governos de coalizão (e sistemas proporcionais em geral) criem dificuldades para o funcionamento dos governos, especialmente porque as coalizões têm que provar a sua viabilidade em quase todas as decisões políticas importantes, o presente sistema parece corresponder aos desejos do povo.

No domínio da proteção dos direitos humanos, a situação é geralmente satisfatória. O fato de que a situação dos direitos humanos é muito boa na Eslovênia, é de conhecimentos das organizações internacionais não governamentais que atuam nesse campo: A Anistia Internacional e o *Human Rights Watch* não têm sérias violações de direitos humanos a relatar.

A Eslovênia resolveu bem a questão da sucessão de estado no que diz respeito à cidadania de seus habitantes. Uma porção significativa da população é constituída por pessoas que vieram à Eslovênia de outras repúblicas constituintes da antiga República Federal Socialista da Iugoslávia, por razões de trabalho. A todas essas pessoas com residência na Eslovênia que desejassem, foi concedida a cidadania eslovena. Assim, cerca de 171.000 pessoas (aproximadamente 10% da população da Eslovênia) adquiriu essa cidadania num período de seis meses (25 de junho a 25 de dezembro de 1991), conforme disposto no Ato da Cidadania.

Eu tratei dos aspectos políticos da transição em primeiro lugar porque eles foram de crítica importância. A natureza das transições depende das condições políticas e das escolhas

de política, que são essencialmente políticas em sua natureza. Entretanto, estas escolhas não são feitas no vácuo. Elas são determinadas, em grande medida, pelas condições econômicas. Além do mais, as escolhas políticas devem ser responsáveis, no sentido de uma boa gerência dos ativos econômicos disponíveis e de um conhecimento apropriado dos custos sociais e das conseqüências das decisões políticas e macro econômicas. O povo esloveno demonstrou claramente sua não aceitação de “terapias de choque” e outras decisões radicais, que podem perturbar o equilíbrio econômico e social sem oferecer claras perspectivas de melhoria. Esta atitude talvez seja conservadora, mas ela preservou a estabilidade social e econômica na Eslovênia. Embora a Eslovênia tenha sido criticada algumas vezes por não se abrir suficientemente ao capital e investimento estrangeiros, a experiência mostrou que um país pequeno deve ser cuidadoso e ter uma atitude especialmente responsável em relação à administração da mudança econômica.

A transição econômica da Eslovênia foi caracterizada pelos seguintes estágios:

- 1) crise econômica da antiga República Federal Socialista da Iugoslávia nos anos 80;
- 2) elementos específicos da transição para a independência e criação da economia nacional em 1991-1992; e
- 3) ajustamentos necessários para o seu acesso à União Européia, desde 1993.

Nos anos 80, a economia da República Federal Socialista da Iugoslávia sofreu uma crise importante, que resultou das fraquezas inerentes ao seu sistema econômico e do pesado endividamento externo. Um dos seus resultados foi a hiperinflação (em finais de 1989, os preços cresceram a taxas mensais de 60%), que tornou não administrável a situação eco-

nômica na então Iugoslávia e contribuiu significativamente para a desintegração do país.

O período subsequente (1990-1992) foi o mais difícil. O PIB caiu 17%. A contração da atividade econômica e do PIB foi acompanhada por um acentuado aumento na taxa do desemprego registrado, a qual passou de 5% em 1990 para cerca de 14% em 1993⁵. Por outro lado, a independência ofereceu possibilidades para o estabelecimento de uma base sólida para melhoria econômica. A Eslovênia introduziu a sua moeda nacional, o tolar, em outubro de 1991. Esta medida protegeu a Eslovênia da desordem econômica que afetou o resto da área do dinar iugoslavo e permitiu ao governo da Eslovênia conter rapidamente a inflação: esta caiu de 118% em 1991 para 32% em 1993⁶. Desde 1993 a inflação vem caindo continuamente.

A virada econômica começou em 1993, no terceiro estágio da transição econômica. O PIB começou a crescer e atingiu agora um nível médio anual em torno de 4%. A inflação caiu para 7% ano a ano. Desde 1994, a poupança bruta nacional tem estado estável no nível de 23%-24% do PIB. Inflação relativamente baixa, crescimento estável e nível estável de poupança e investimento são sinais da estabilidade macro-econômica, que a Eslovênia vem gozando desde 1993. Esta tem sido uma importante condição para a realização das reformas necessárias nas esferas econômica e so-

cial e para obtenção de progresso na realização das tarefas necessárias para acesso da Eslovênia à União Européia.

Entre os desafios enfrentados pelos estados pós-socialistas na administração dos conflitos sociais e políticos está o de confrontar-se com a inquietação social causada pelo deslocamento econômico. A Eslovênia tem tido pequenas dificuldades nesse particular. Embora a Eslovênia não tenha estado imune às demonstrações inspiradas pelas dificuldades econômicas, essas demonstrações geralmente não têm sido disruptivas ou de confronto. Em certa medida, as empresas eslovenas foram capazes de cooptar seus trabalhadores adotando esquemas de privatização que favoreceram vendas aos estrangeiros.

Com uma população de 2 milhões de pessoas e um PIB *per capita* em 1998 da ordem de US\$ 9.760, a Eslovênia é o mais próspero dentre os países em transição da Europa Central e Oriental. De fato, os padrões de vida na Eslovênia não estão muito distantes dos níveis da União Européia. A renda média anual rivaliza com a dos gregos e dos portugueses.

A Eslovênia alcançou agora um estágio no qual as tarefas macro econômicas e as relacionadas com as reformas se tornaram muito interdependentes. A redução continuada da inflação e a sustentação de um equilíbrio fiscal não podem resultar exclusivamente de medidas de estabilização macro econômicas, mas precisam de uma transformação mais profunda da economia. O funcionamento da concorrência deve melhorar e ajudar a prosseguir na

redução da inflação. As reformas do sistema de aposentadoria e de outros sistemas do setor social são necessárias para reduzir a pressão sobre o gasto público. Melhoria do setor empresarial é essencial para o financiamento dos serviços sociais necessários, especialmente educação e saúde. Para que a transição da Eslovênia para uma plena economia de mercado seja sustentável, o setor de negócios do país precisa distanciar-se do estado e da pressão política. Um sistema alternativo de administração corporativa (*corporate governance*) deve ser estabelecido a fim de conduzir qualquer reestruturação industrial e financeira.

Embora tarefas importantes de privatização tenham sido realizadas – elas incluem a transformação formal da propriedade das empresas e a reabilitação dos bancos – muito mais precisa ser feito. A privatização deveria conduzir a níveis mais altos de lucro em base sustentável. O nível geral de competitividade das empresas privatizadas deve ser melhorado. Mais investimento estrangeiro é necessário nesse processo⁷.

Conclusão

As tarefas que estão pela frente são de importância capital para a transição da Eslovênia e seu acesso à União Européia. Talvez isso marque o começo do período da mudança mais profunda na transição eslovena. A estabilidade política e macro econômica que foi obtida nos anos passados, não constitui um fim em si mesmo. Ela representa a base a partir da qual as reformas estruturais deveriam ser perseguidas. Criação de um robusto setor de negócios, reforma dos sistemas do setor social (especialmente o sistema de pensões) e formação de um mercado competitivo são tarefas que requerem mais que política governamental. Seu sucesso dependerá do apoio do povo e de sua prontidão em aceitar a necessidade de mais mudança. Parece atualmente que tal disposição existe, mas somente o tempo demonstrará sua real qualidade. Eu acredito que a história da transição da Eslovênia na primeira década do século entrante será pelo menos igualmente interessante à da história de sua transição na década passada.

⁷ Strategy of the Republic of Slovenia for Accession of Slovenia to the European Union. Economic and Social Part. Publication of the Institute of Macroeconomic Analysis and Development. Ljubljana, 1998, pgs. 21-22.

Danilo Türk,

professor de direito internacional na Universidade de Ljubljana e em várias instituições internacionais é atualmente embaixador, representante permanente da Eslovênia junto à ONU e embaixador da Eslovênia no Brasil. Tradução do inglês por Lenina pomeranz.

⁵ The World Bank, Country Brief Slovenia.

⁶ *ibidem*



Artefato datado de VI a.C. comprova passagem da cultura celta pelo solo esloveno. Ao lado, fragmento de muralha romana ao redor da cidade de Ljubljana.



A Alemanha altera a Geopolítica do Leste Europeu

AMAURY PORTO DE OLIVEIRA

Como é notório, e reunificação da Alemanha no segundo semestre de 1990 não criou um novo Estado, institucionalmente. A Lei Básica da RFA, escrita em 1949 na perspectiva de uma futura reunificação, estabeleceu no seu artigo 146 os mecanismos constitucionais a serem seguidos na eventualidade. Mas o artigo 23 mencionava a possibilidade do simples ingresso na Federação de “outras partes da Alemanha” e esse foi o caminho adotado após acalorado debate interalemão. O Parlamento da RDA aprovou sua dissolução como Estado unitário, restabelecendo os cinco antigos *Länder* absorvidos no território único (mais adiante Berlim foi transformada num sexto Land), e cada um deles acedeu diretamente à federação em existência. Não houve necessidade de reconhecimento internacional e a Alemanha reunificada seguiu sendo membro das organizações em que tinha assento a RFA. A OTAN, notadamente.

Em 1990, de todo modo, a Alemanha reunificada confrontou o resto da Europa com uma quinta configuração territorial, em pouco mais de um século. A primeira fora em 1871, quando a unificação de Bismarck rompeu o equilíbrio continental da *Pax Britannica*, levando à derrota de 1919 e às instáveis fronteiras da Paz de Versalhes. Essa segunda configuração territorial veio a ser um dos determinantes do reperto nazista que, na altura de 1942, fez tremer a Europa e o mundo, do alto da sua expansão territorial máxima. A derrota ainda mais fragorosa de 1945 dividiu as terras reconhecidamente alemãs em duas parcelas, destacando delas uma faixa substancial entregue à Polónia. A superação dessa fase de penitência foi a reunificação de 1990, com o abandono consagrado da faixa de além-Oder-Neissa.

A RFA terá sido um dos poucos países a ganhar materialmente com as transformações no cenário mundial englobadas sob a denominação “fim da Guerra Fria”. Seu território aumentou em 30%, a população em 20% e o potencial econômico em 10%. Contudo, a população em conjunto tornou-se mais pobre. Por causa da enormidade do esforço de absorção da economia da antiga RDA, a RFA dos anos 90 viu sua renda *per capita*, que era a terceira do mundo, levada de volta ao décimo lugar.

A reunificação da Alemanha fez parte do

processo de implosão do Império Soviético. Com esta, desfez-se a bipartição político-ideológica do continente europeu e reapareceu a velha configuração geopolítica da Europa Central, moldura clássica do poder alemão. A nova Alemanha não se estende tão a leste quanto o fazia a Alemanha bismarckiana, mas o bastante para agir como um imã sobre Polónia, as Repúblicas Theca e Slovaca, a Hungria e mais além. É através da Alemanha que os fragmentos do Império Soviético vêm buscando integrar-se na cooperação pan-européia. Esse inter-relacionamento tenderá certamente a intensificar-se com a mudança da capital para Berlim. De uma bucólica cidade renana a 50 quilômetros da fronteira com a França, o Estado alemão terá mudado sua base de ação diplomática para poderoso reduto de confabulações estratégicas a 50 quilômetros da fronteira com a Polónia.

Em artigo no trimestral *Survival*, órgão do Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais (Londres, Spring 1998), o conhecido historiador da Guerra Fria, John Lewis Gaddis, criticou o Governo Clinton por não ter sabido tratar o grande perdedor da Guerra Fria, a Rússia, com a unanimidade e visão estratégica usadas pelos EUA, ao término da Segunda Guerra Mundial, em relação aos grandes derrotados de então: Japão e Alemanha. Ao ajudar o adversário da véspera a rejeitar o caminho do revanchismo ou da revolução e a preparar-se para aceitar a ordem internacional vigente, os EUA teriam mostrado em 1945 uma sabedoria agora abandonada. A decisão de alargar o território coberto pela OTAN, nele aceitando países do antigo bloco soviético, foi tomada em círculos políticos de Washington, quase sem debate no Congresso, em total despreocupação com o que pudessem pensar os russos. “Eles foram derrotados e têm que engolir o que decidirmos” - seria segundo Gaddis a explicação ouvida por ele em Washington.

A crítica de Gaddis situa-se, no entanto, num plano ético, de justiça internacional, que nada tem a ver com as decisões estratégicas do governo americano, agora ou em 1945. Naquela época, a cooptação de Japão e Alemanha para aliados preferenciais, no desrespeito dos compromissos assumidos pelos EUA na Conferência de Potsdam, foi motivada pelo desejo de dispor de dois ba-

luartes disciplinados na linha de contenção do comunismo que estava sendo montada para garantir a *Pax Americana*.

Tanto Japão como Alemanha foram, por outro lado, submetidos a mecanismos de contenção que os impedissem de qualquer projeto revanchista: o Tratado de Assistência Mútua, assinado com o Japão, e o engessamento da Alemanha Ocidental no quadro da Comunidade Européia e no da OTAN.

Todos esses mecanismos estão sendo readequados aos novos tempos, no momento em que os EUA se esforçam por consolidar a *Pax Americana-II*.

No número do *Foreign Affairs*, correspondente ao *Summer* 1990 (69/3), Peter Tarnoff, presidente do influente Conselho das Relações Exteriores, de Washington, publicou um artigo de impacto analisando, precisamente, os cuidados que os EUA precisavam ter para barrar impulsos de ação independente que Japão e Alemanha pudessem sentir no pós-Guerra Fria. Os mecanismos de 1945 deviam ser revistos, a fim de que os dois citados países se engajassem profundamente na construção da “Nova Ordem Internacional” de que se começara a falar na capital americana.

Em estreita cooperação com os alemães, o Governo Bush obteve a inclusão na Declaração Transatlântica da CE (novembro de 1990) de proposta para um mecanismo de consultas que levaria a “Comunidade Européia mais unida e com laços formais mais fortes com os EUA”. A presunção em Washington era que, por mais forte pudesse mostrar-se a CE e mais ampla fosse a capacidade decisória a ela transferida pelos governos-membros, não diminuiria a necessidade de uma poderosa voz americana na condução dos assuntos do Ocidente. Ou como consta que teria dito, em 1989, o Subsecretário de Estado Lawrence Eagleburger: “O Presidente permanecerá, por muito tempo ainda, como o mais alto porta-voz do mundo livre”.

Na sua nova centralidade européia, a Alemanha reunificada sentiu naturalmente com maior intensidade do que seus vizinhos a onda dos choques institucionais que, em 1993, aprofundaram a integração do continente: a entrada em vigor, a 1º de janeiro, do Mercado Único e o estabelecimento, a 1º de novembro, da União Européia em implementação do Tratado de Maastricht. Também é natural que a Alemanha se venha mostrando mais sensível ao movimento correlato do alargamento da UE, impulsionado pelo fim de Guerra-Fria. O desaparecimento da ameaça soviética, fator que pressionava os membros da UE a unificarem suas posições em vários temas da

vida internacional, vai agora permitindo a eclosão das diferenças de posicionamento. Tem-se tornado claro, por exemplo, que Grã-Bretanha, França e Alemanha possuem pontos de vista bem diferentes, no tocante à desejabilidade do alargamento da União para receber os países da antiga Europa Oriental; ao aprofundamento do grau já existente de integração do continente; e à relação entre alargamento e aprofundamento.

Durante quarenta anos, os governantes alemães tinham trabalhado na expectativa de que a reunificação do país só seria obtida no quadro da Europa unida. Os acontecimentos possibilitaram, no entanto, a reunificação alemã quando ainda ia em meio a integração europeia, tornando vital para a nova Alemanha o prosseguimento do impulso integracionista. Desenvolver vínculos estruturais entre a UE e o Leste; ampliar a unificação europeia aos outros países da Europa Central e, mais além, a áreas da CEI, tudo isso passou a figurar entre as prioridades da diplomacia alemã. E não é exagero dizer que, dos novos interlocutores com que lhe toca interrelacionar-se, nenhum é tão importante para a Alemanha reunificada quanto a Rússia. Em boa medida, o futuro da Europa vai depender, na primeira metade de século XXI pelo menos, de como evoluam Alemanha e Rússia e do tipo de relações que estabeleçam entre si. Será ideal para o mundo que os dois países possam repetir, na Europa Oriental, um entendimento como o alcançado, no Ocidente, por Alemanha e França.

No período imediatamente posterior à reunificação da Alemanha, à dissolução do Pacto de Varsóvia e à implosão da URSS, chegou a estar no ar a possibilidade de também dissolver-se a OTAN, vista como obsoleta. Todavia, nenhum governo ou força política de peso, em qualquer dos países europeus, pronunciou-se explicitamente contra a aliança militar com os EUA, fosse na sua organização política, fosse nas suas estruturas existentes. Na Cimeira da OTAN em Roma, em novembro de 1991, quando já estava morto o Pacto de Varsóvia, foi aprovado um texto que tirava disso duas conclusões expressas: a) “a novidade deste contexto não afeta nem o objetivo nem as funções de segurança da Aliança, dando antes realce à sua permanente validade”; b) “o novo contexto oferece à Aliança novas oportunidades para que adapte sua estratégia ao quadro de uma concepção ampliada da segurança”.

Assim amparada, a OTAN sentiu-se livre para cuidar da segurança dos países do Leste, determinando os critérios de seleção e o ritmo da aceitação dos selecionados, na organização. O princípio do alargamento geográfico da

OTAN foi aprovado numa outra cimeira (Madrid 1997), e em abril de 1999 foram aceitos três países da Europa Central: Polónia, Hungria e República Checa. A República Slovaquia não tem mostrado aqodamento em entrar na OTAN, privilegiando o perfilamento pela CEI.

Enquanto estiveram esperando por que se concretizasse seu ingresso na OTAN, os três citados países aproveitaram a primeira efetiva oportunidade que lhes foi dada, no século XX, para forjar internamente instituições similares às dos países ocidentais (em quatro áreas especialmente: aparelhos de exportação e importação; tratamento das minorias étnicas; segurança nacional; e políticas econômicas e sociais) e desenvolver laços multilaterais no exterior. Esperam, com isso, ter reforçado as respectivas capacidades de resistência às pressões desfiguradoras que certamente vão sofrer, com a intensificação da convivência com os velhos membros da Aliança. Da Polónia se diz, inclusive, que pretende usar o vigor da sua igreja Católica Romana para lá das fronteiras nacionais, reevangelizando o Leste ortodoxo e o Ocidente secularizado.

Para arrematar esta rápida apresentação das transformações previsíveis no quadro geopolítico da Europa Oriental, após a implosão do Império Soviético, vou voltar à problemática do papel crucial que nisso caberá à Alemanha reunificada. Servir-me-ei livremente, com autorização do autor, de um texto ainda inédito do cientista político René Armand Dreifuss.

Segundo Dreifuss, a Alemanha visualiza cinco metas para sua ação futura em direção ao Oriente:

- a) a consecução de um eixo de estabilização com a CEI e a construção de nichos de influência na Rússia, Bielorrússia e Ucrânia;
- b) a obtenção de condições de operação não-conflitiva no Leste europeu sem confronto com a Rússia;
- c) a obtenção de um espaço de manobra, buscando assegurar as condicionantes de excelência na manobra, como contrapeso à Europa Ocidental e como trunfo perante os parceiros europeus que, por sua vez, buscaram estabelecer linhas de conexão seletiva na Europa Oriental (a França com a Romênia e a Polónia, a Grã-Bretanha com a Hungria e a Tchécoslováquia)
- d) a obtenção de *know how* e capacitação no tabuleiro das relações internacionais em que, na realidade, a Alemanha ainda não tinha jogado diplomaticamente neste século, uma vez que suas investidas externas, desde os tempos da unificação bismarckiana e da formação do moderno Estado alemão, foram marcadas por projeções de força, concretizando-se em duas

guerras mundiais e em limitadas e frustradas tentativas de se fazer presente, militarmente, na África e em seletos pontos do Pacífico;

e) o discernimento das clivagens de penetração e operacionalização econômica, capazes de subsidiar uma iniciativa diplomática ou que justificassem uma ação diplomática, e de suas possíveis continuidades e desdobramentos na Europa oriental, sutilmente entendida nos seus lentos, às vezes imperceptíveis, movimentos.

Não é possível esquecer - alerta Dreifuss - que, antes da reunificação e da implosão soviética, a própria Europa Oriental tinha um valor dual: área de contenção, tanto para o Oeste quanto para o Leste, e espaço de projeção (da URSS na Europa e da Alemanha para a URSS). Espaço de contenção e região-ponte que, tratada por meio de uma cuidadosa *Ostpolitik*, pavimentava o reencontro da Alemanha com os eurocentrais e euro-orientais. Configurava-se, assim, um primeiro e interno *arco de soldadura* eurasiático (países bálticos, passando pela Polónia e Romênia, até a Eslovênia), que por sua vez adquire uma função dual, de espaço de amortecimento e projeção sobre o segundo, e externo, *arco eurasiático*, o qual se estende da Bielorrússia até a Cáucaso, passando pela Ucrânia, e chega em profundidade até os Urais. Um Leste do Leste europeu, que se confunde com o enorme espaço territorial na proa ocidental da Ásia, recheado de nacionalidades (re)emergentes.

É neste contexto que a Alemanha passa a desenvolver o arredondamento regional da Europa central e oriental, legitimado pela expectativa de que suas economias e sociedades sejam incluídas no universo europeu. E o faz, ciente de que desponta como líder incontestado na Europa central e dínamo sem concorrentes na Europa Oriental, através do seu poderio econômico e tecnológico e da ascendência cultural exercida como campo gravitacional societário, no centro da europeidade.

A Alemanha - conclui Dreifuss - acumula poder industrial, financeiro, material, social, científico-tecnológico; legitimidade cultural a ser testada; disponibilidade política-diplomática para ser exercida; e uma sustentação militar possível. Por intermédio desse poder, a Europa Central e Oriental vão sendo transformadas em áreas de influência e presença alemã, confirmadas pelas cadeias regionais de produção transfronteiriças.

O Embaixador **Amaury Porto de Oliveira** é membro da Área de Assuntos Internacionais do Instituto de Estudos Avançados da USP.



■ **Dados divulgados por Transition (vol.10, nº5, outubro de 1999), a carta do Banco Mundial sobre as economias em reforma**, indicam uma queda de 20,0% no fluxo de investimento estrangeiro direto nos países da CEI em 1998, se excluída a Rússia do conjunto e de 47,7% no mesmo período, se incluído este país, para o qual fluiu um volume extraordinário desse investimento em 1997. A queda assinalada ocorre em quase todos os países, exceção somente de Armênia, Turcomenistão, Ucrânia – onde houve aumento do fluxo observado – e Geórgia, onde o nível do investimento direto estrangeiro manteve-se idêntico ao de 1997. Mas se deve fundamentalmente à queda desse investimento nos países que o atraem em maior volume, como são o Azerbaijão e o Cazaquistão. Estes dois países, mais a Ucrânia responderam por 77,2% do volume total de investimento estrangeiro direto dos 11 países que compõem a CEI, excluída a Rússia.

■ **A mesma publicação divulga os índices de percepção da corrupção**, elaborados por Transparency International, uma organização global anti-corrupção. Dentre os 99 países listados no seu levantamento de 1999 – o quinto anual –, por ordem crescente de corrupção, os países da CEI estão colocados nas seguintes posições: Azerbaijão: 96º lugar; Armênia: 80º lugar; Belarus: 58º lugar; Cazaquistão: 84º lugar; Geórgia: 84º lugar; Quirguízia: 87º lugar; Moldova: 75º lugar; Rússia: 82º lugar; Ucrânia: 75º lugar; Uzbequistão: 87º lugar. Verifica-se que, com exceção da Belarus, cuja posição é mais moderada, os demais países estão entre os mais corruptos dentre os países investigados. Estes índices referem-se à percepção do grau de corrupção encontrado nos diversos países, conforme vistos por homens de negócios, analistas de riscos e o público em geral, numa escala que varia entre 10, sem corrupção, e 0, altamente corruptos. Analistas sugerem, contudo, cautela na interpretação dos índices, devido ao espectro de variação dessa percepção em cada país, entre

as pessoas consultadas.

PAÍSES BÁLTICOS

■ **A economia dos países bálticos começa lentamente a recuperar-se dos impactos que sobre ela provocou a crise russa de agosto de 1998; embora apresentando indicadores macroeconômicos ainda negativos – crescimento negativo do PIB e do Produto Industrial, déficit em transações correntes com o exterior, déficit orçamentário – a dinâmica do seu comportamento revela lenta mas contínua melhoria de desempenho. A situação parece mais grave na Lituânia, onde as repercussões da crise russa foram maiores: entre janeiro e setembro do corrente ano, as vendas industriais caíram 7,3% em relação a 1998, mas os resultados de outubro aumentam a queda para 14% em relação ao ano anterior. As previsões de crescimento econômico para 1999, de acordo com as autoridades econômicas de cada país são as seguintes: zero de crescimento ou decréscimo de 1,5% do PIB para a Estônia, inflação em torno de 4% (BC da Estônia); 1% de crescimento do PIB e 2,9% de inflação na Letônia (BC da Letônia); decréscimo de 2% do PIB para a Lituânia (Ministério da Economia).**

■ **De acordo com Baltic Economies, nº4, 1999, editado por BOFIT – Instituto para as Economias em Transição do Banco da Finlândia, as eleições locais realizadas em outubro na Estônia, pela primeira vez tiveram a participação de residentes permanentes sem cidadania – caso da minoria russa migrante –, a quem foi permitido votar em eleições locais, sem prévio registro eleitoral. Assim mesmo, conforme observa a referida publicação, foi baixo o comparecimento dos eleitores às urnas: 49% do total e somente 43% dentre os residentes permanentes referidos.**

■ **Com a mudança de critério para aceitação de candidatos a membros da União Européia (todos os países solicitantes que tenham um regime democrático sustentável), a Letônia e a Lituânia passam a fazer parte da “Segunda Onda” de países convidados a participar de negociações para o seu ingresso na comunidade (a Estônia faz parte do grupo de países incluídos na primeira onda).**

Segundo Seija Lainela, economista do BOFIT, o relatório de outubro de 1999 da União Européia apresenta um quadro bastante positivo dos países bálticos, ainda que com reservas.

BULGÁRIA

■ **O processo de privatização na Bulgária acelerou-se, de modo a fazer cumprir o acordo estabelecido com o Banco Mundial, relativo à liquidação de 41 empresas estatais cronicamente não rentáveis, incluídas na assim chamada lista de isolamento (as empresas foram “isoladas” dos bancos, no sentido de não receberem mais créditos ou terem os seus débitos cobrados, até que fosse definido o seu destino final). O governo seguiu rigorosamente o prazo estabelecido e, segundo Economic Trends in Eastern Europe, vol.8, nº 3, 1999, vendeu trinta delas, abriu processos de falência para duas, e nove estão sendo liquidadas. Dois casos notáveis dessa venda foram relatados pela referida publicação: o da fábrica de aço de Kremikovtsi, a maior planta industrial da Bulgária, que foi vendida pelo preço simbólico de um dólar, a um mês do prazo final de junho, para a Bulgarian Daru Metals, que assumiu 2/3 da dívida existente de 360 milhões de dólares e comprometeu-se a investir mais 30-40 milhões de dólares e empregar 8.700 pessoas; o da Balkan Airlines, 75% de cujas ações foram compradas por um consórcio israeli (Zeevi Holding and Arkia Israeli) pelo valor de 150 mil dólares; o consórcio assumiu 30 milhões da dívida da companhia, comprometendo-se a investir outros 100 milhões de dólares nos próximos 5 anos, 20 milhões dos quais já no primeiro ano. Outras privatizações importantes foram realizadas além das constantes da lista de isolamento, entre as quais a da companhia búlgara de telecomunicações – BTC- e a da maior refinaria de petróleo do país, a Neftochim. Durante os primeiros sete meses deste ano, as receitas da privatização alcançaram 306,2 milhões de dólares (não incluído o montante relativo à BTC), as dívidas assumidas pelos compradores montaram a 346,2 milhões de**

dólares e os investimentos prometidos somaram 764,7 milhões de dólares.

EUROPA CENTRAL

■ **A economia da República Tcheca em meados de 1999** apresentou os primeiros sinais de recuperação da prolongada recessão em que se encontrava, segundo *Economic Trends in Eastern Europe*, vol.8, nº 3, 1999, que coloca ao mesmo tempo em questão, a sustentabilidade dessa recuperação; seja porque o nível de investimento não foi recuperado, seja porque a elevação de salários (em termos reais, um aumento de 5,5%) impactaria negativamente sobre as perspectivas de crescimento do setor privado. Uma persistente moderação da taxa de inflação também caracterizou o comportamento da economia tcheca: nos primeiros sete meses do ano, a taxa anualizada de inflação foi de 2,4%, tudo indicando que a meta inflacionária estabelecida pelas autoridades monetárias, de 4-5%, não será alcançada.

■ **O Parlamento da Eslováquia aprovou em setembro** as condições legais para a privatização, inclusive parcial, de grandes e estratégicas empresas do país, incluindo, entre outras, bancos, a companhia de eletricidade e suas subsidiárias regionais, a companhia de gás, a de petróleo e a de telecomunicações.

■ **A Polônia, o país que mais rapidamente recuperou-se** da chamada “queda da transformação” que caracterizou o processo de mudança em todos os antigos países socialistas, teve o seu desenvolvimento bastante afetado com a crise russa de 1998, responsável pela abrupta queda das suas exportações. O crescimento do PIB no primeiro semestre atingiu 2,3%, enquanto o índice cumulativo de crescimento da produção industrial até agosto indicou um modesto crescimento (0,9%). Estes dados tornam duvidoso que se alcance o crescimento anteriormente previsto de 3,5% do PIB para o ano todo, especialmente porque o crescimento do investimento fixo caiu de uma taxa de 17,5% no primeiro trimestre de 1998 para 6,0% no primeiro trimestre de 1999. Segundo *Economic Trends in Eastern Europe* vol.8, nº 3, 1999, de onde se extraiu os demais dados, o balanço

externo do país continua a deteriorar-se, com a queda das exportações ultrapassando a queda das importações. O decréscimo do valor em dólares das exportações se deve basicamente à queda das exportações para a Europa Central e do Leste, mas deve também ser computado à estagnação das exportações para os países ocidentais desenvolvidos no primeiro semestre deste ano (no mesmo semestre do ano anterior, as exportações para a União Européia apresentaram crescimento de 15%).

■ **O crescimento econômico da Hungria deve ser mais modesto neste ano**, quando considerado o crescimento observado em 1997 e 1998 (4,6% e 5,1% respectivamente). Analisados os dados relativos ao comportamento da economia nos primeiros 9-10 meses deste ano, as estimativas de crescimento feitas por *Economic Trends in Eastern Europe*, vol. 8, nº 3, 1999, são de 3,7%. O crescimento industrial, assim como as exportações foram menores que em 1998, da mesma forma que também as vendas domésticas e a produção agrícola. Os investimentos cresceram mais devagar, mas este crescimento ainda foi superior no primeiro semestre de 1999 quando comparado com o do mesmo período de 1998. A inflação foi de 10,9% em agosto em relação ao ano anterior, estando associada ao movimento dos preços internacionais, especialmente do petróleo. Como a Hungria depende muito das suas transações com o exterior, um revigoreamento econômico da Europa Ocidental é considerado pré condição para um rápido desenvolvimento da Hungria (mais de ¼ do comércio exterior húngaro se realiza com a União Européia). Deve ser observado, entretanto, que o modesto crescimento das exportações húngaras não se deve somente à queda do dinamismo econômico da Europa Ocidental, para onde elas ainda cresceram 12% nos primeiros 8 meses do ano, mas também à queda significativa das exportações dirigidas à CEFTA (Área de Livre Comércio da Europa Central) e à CEI (- 8,0% e - 57,0% respectivamente).

■ **A taxa de desemprego registrado nos países da Europa Central e do Leste** ultrapassa os 10% da força de trabalho em praticamente todos eles, com exceção da República Tcheca (8,9%) e da Hungria (9,2%), segundo dados disponíveis para os meses de julho a outubro, conforme levantados em cada país. As taxas mais elevadas são a da Eslo-

váquia (19,1% em setembro) e da Eslovênia (13,4% em julho).

RÚSSIA

■ **O crescimento industrial da Rússia neste ano**, atribuído basicamente à desvalorização do rublo – que, encarecendo as importações propiciou a sua substituição por produção interna – e à elevação dos preços do petróleo – principal produto da pauta de exportação do país – vem apresentando sinais de desaceleração. Segundo *Russian Economy*, nº 11 de 1999, editado por BOFIT, a produção industrial russa cresceu 8,0% entre janeiro e outubro deste ano; mais recentemente, a agência TASS informa um crescimento de 7,8% entre janeiro e novembro. A produção agrícola de grãos, entretanto, foi maior que a do ano anterior: 55 milhões de toneladas, contra 48 milhões de toneladas produzidas em 1998. O nível da produção de grãos ainda é, porém, insuficiente para atender à demanda interna, estimando-se que seja necessário importar mais de 10 milhões de toneladas; isso a despeito de ter se modificado bastante a composição dessa demanda, com a queda substantiva do consumo de grãos para forragem animal, devido à queda da participação da produção animal no conjunto da produção agrícola.

■ **Foi aprovado, em quarta leitura, pelo Parlamento, o orçamento da Rússia para o ano 2000.** A sua elaboração tomou por base um crescimento de 1,5% do PIB (estimado em 167 bilhões de dólares), uma inflação de 18% e uma taxa de câmbio de 32 rublos por dólar. Foi estimado um déficit geral de 1% do PIB e um superávit primário de 3% do PIB, além de um financiamento externo da ordem de 6 bilhões de dólares. O orçamento deve ser encaminhado para aprovação no Conselho da Federação, mas tem sido criticado, segundo *Russian Economic Trends* nº 11, 1999, por não levar em conta a continuidade da guerra na Tchecônia e a eventual suspensão dos empréstimos do FMI com ela relacionada, bem como os custos relativos à realização das eleições.

■ **As negociações sobre o pagamento da dívida externa da ex-URSS** assumida pela Rússia junto aos Clubes de Paris e de

Londres, foram coroadas de êxito no que diz respeito ao primeiro, mas não chegaram a termo no que diz respeito ao segundo. A Rússia propôs um perdão de 40% da dívida de 32 bilhões de dólares devida ao Clube de Londres, em troca de uma conversão do restante da dívida em papéis com o mesmo status dos eurobônus, o que não foi aceito. O atraso de pagamentos da Rússia para o Clube de Londres é estimado atualmente em 1,4 bilhões de dólares.

■ **A guerra na Tchetchênia tem constituído motivo de crescente pressão da comunidade internacional sobre a Rússia, que continua a proclamar o conflito como uma questão interna do país. A guerra, que tem razões geo-estratégicas e econômicas evidentes (ver Panorama nº 4, 1999), tem também indiscutível relação com a realização das próximas eleições parlamenta-**

res e para a presidência do país. A atitude “firme” do governo, expressa pela deflagração do conflito, tem obtido apoio maciço da população, ainda assustada com os atos terroristas ocorridos em várias localidades, inclusive em Moscou e São Petersburgo e atribuídos pelas autoridades russas aos terroristas islâmicos, que teriam suas bases, inclusive de treinamento, em território tchetcheno. Esse apoio, não obstante já se façam sentir algumas vozes contra a guerra, mudou o quadro político eleitoral, dando à coalizão governamental – Unidade – a possibilidade de eleger um número considerável de parlamentares, suplantando o bloco anteriormente favorito, liderado pelo ex primeiro ministro Primakov e pelo prefeito de Moscou Lujkov. Concorrem à eleição parlamentar 28 grupos, entre partidos e coalizões distintos. Segundo Kommersant Vlast, de 9 de novem-

bro de 1999, foram 43 as instituições concorrentes em 1995, das quais somente quatro conseguiram ultrapassar a barreira mínima de 5% de votos: o Partido Comunista da Federação Russa, liderado por Ziuganov; o Partido Liberal Democrático da Rússia, liderado por Jirinovski; o Nossa Casa - a Rússia, liderado pelo então primeiro ministro Tchernomyrdin e o Iabloko, cujo líder é Gregori Iavlinski. São favoritos para a eleição em 1999, o Partido Comunista, que deve entretanto, segundo analistas políticos, diminuir a sua representação na Casa; o bloco Unidade, apoiado pelo primeiro ministro Putin e por parte dos governadores; o bloco Pátria-Toda a Rússia, liderado por Primakov e que reúne também governadores regionais; e finalmente Iabloko. Não se acredita que o Nossa Casa – a Rússia consiga ultrapassar a barreira dos 5% dos votos.

Eslovênia e Brasil: Parceria Bem Sucedida

STEFAN BOGDAN SALEJ

O processo de independência da Eslovênia, em junho de 1991, foi acompanhado com muito interesse pela imprensa e pela opinião pública brasileiras. Foi notável a cobertura da mídia e foi clara a opção da opinião pública a favor de uma pequena, porém corajosa Nação que, com competência, conseguiu romper com 1400 anos de convívio não voluntário com outras Nações, dentre elas, a última foi a Iugoslávia. A compreensão do processo de separação da Eslovênia daquele País não era coisa fácil de se entender, sobretudo por causa de sua imagem positiva junto à comunidade internacional.

O papel fundamental foi exercido pela comunidade eslovena no Brasil. Comunidade que como todos os eslovenos sonhavam, lutava pela independência do seu Povo. Primeiro foi fundada a União dos Eslovenos no Brasil, sendo o Sr. Vladimir Ovca seu primeiro Presidente. E junto, foi fundada a Câmara do Comércio Brasil-Eslovênia, presidida pelo Empresário Janez Hlebanja, dono da marca Yanes, conhecida no País inteiro. Começaram as ações políticas para que o Brasil reconhecesse a Eslovênia como país independente. A comunidade pediu a

vários deputados federais como Felipe Nery, de Minas Gerais e Roberto Alves Cardoso, de São Paulo, dentre outros, que atuassem junto ao Governo Collor para reconhecer o novo país. Os embaixadores dos países europeus, que já haviam reconhecido a Eslovênia, fizeram um trabalho exemplar, que culminou também com o pedido da Santa Sé. Os diplomatas eslovenos, oriundos da diplomacia iugoslava, como Emb. Ignac Golob, mantiveram contatos constantes com colegas brasileiros para mostrar a nova situação e a solução do início da crise na Europa balcânica, da qual Eslovênia saía, para voltar ao seu lugar na Europa Ocidental/Central.

Finalmente, em 24 de janeiro de 1992, o Brasil reconheceu a República da Eslovênia estabelecendo relações diplomáticas em 21 de dezembro do mesmo ano. A criação da Embaixada junto ao Governo de Ljubljana, em caráter não residente e cumulativa com a Missão Diplomática do Brasil em Viena, deu-se em 14 de março de 1995.

Do lado esloveno, no ano de 1995, foi estabelecido no Brasil o Consulado-Geral e nomeado o Cônsul-Geral Honorário em Belo Horizonte, com jurisdição sobre os demais

Estados da Federação. A Eslovênia mantém Embaixador não residente que entregou suas Cartas credenciais tão somente em 14 de dezembro de 1999. O Embaixador exerce cumulativamente a chefia da Missão Diplomática Eslovena junto a ONU. As relações diplomáticas e políticas são intensas e exercidas essencialmente nas Nações Unidas, onde inclusive os dois Países mantêm uma parceria exemplar, como membros não permanentes do Conselho de Segurança da ONU. O Brasil, no seu primeiro mandato mais recente como membro do Conselho de Segurança da ONU, exerceu na pessoa do Embaixador Ronaldo Sardenberg a Presidência do Comitê correspondente, para a solução da crise da antiga Iugoslávia. Portanto a diplomacia brasileira conhece profundamente a Eslovênia e seu papel econômico e político na construção da Europa do século 21.

Altos funcionários governamentais eslovenos visitam frequentemente o Brasil. Assim, vieram inicialmente em 1996 o Vice Ministro de Relações Exteriores, Embaixador Golob e o Vice Ministro de Ciência e Tecnologia; em 1997, o próprio Ministro de Ciência e Tecnologia Andrej Umek; em

1998, o Chanceler esloveno Embaixador Boris Frlec. A Eslovênia também solicitou às autoridades consulares brasileiras a permissão para abrir Consulado com Cônsul Honorário em São Paulo, onde vive a maior parte dos cinco mil eslovenos residentes no Brasil. Além disso foi muito importante a presença da delegação eslovena à Conferência sobre Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro em 1992 e chefiada pelo então Primeiro Ministro, Sr.Drnovsek.

Entre os dois países foram assinados vários acordos de cooperação, que demonstram a alta importância que o Governo brasileiro tem dado às relações com República da Eslovênia. Dentre eles vale citar: o Acordo para Isonção Parcial de Visto (1996), o de Cooperação Científica e Tecnológica (1998) e por último o Acordo de Cooperação Econômica e Comercial (1997). Existe também um Acordo de Cooperação Tecnológica assinado pela República da Eslovênia com o Governo de Minas Gerais em 1997, e outro Acordo de Cooperação assinado em 1997, pela Federação das Indústrias de Minas Gerais com a Câmara da Economia da Eslovênia. Em 1997, o Governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo, visitou a Eslovênia, chefiando uma delegação numerosa de políticos e empresários, e uma Missão de 14 empresas de alta tecnologia da Eslovênia, em seguida, exibiu suas conquistas científicas e tecnológicas na Feira de Tecnologia Techmart, promovida pela Onudi em Belo Horizonte.

Há, aliás, um intenso intercâmbio científico e tecnológico entre ambos os países; vale citar a pesquisa conjunta entre o Instituto Jozef Stefan e o Departamento de Física da UFMG, o intercâmbio de professores e em especial de estudantes nas várias áreas. Aproximadamente 30 estudantes universitários eslovenos passam todo ano alguns meses nas universidades brasileiras conhecendo o País, a língua portuguesa e aperfeiçoando seu conhecimento acadêmico. Também é intenso o intercâmbio cultural. Grupos folclóricos, de dança moderna, músicos e corais, e teatro esloveno se apresentam com regularidade no Brasil, podendo se dizer que criaram até seu próprio nicho de mercado para a arte eslovena, na qual se incluem as exposições de artistas plásticos eslovenos no Brasil e dos artistas brasileiros na Eslovênia. Artistas brasileiros, em especial cantores de música popular, têm um mercado e uma participação muito grande na vida cultural da Eslovênia, onde não se pode imagi-

nar um programa musical sem participação da música brasileira.

A independência gerou também no meio de eslovenos no Brasil novas atividades, como o curso de língua eslovena em Belo Horizonte e São Paulo e a edição dos Dicionários Português-Esloveno e Esloveno-Português, ambos escritos por Andrej Kranjc. A organização da comunidade também levou à edição de um jornal próprio e ao estabelecimento de tradutor juramentado próprio para a língua eslovena. É importante salientar que após a independência do país, muitos emigrantes que vieram para Brasil como italianos ou austríacos, porque assim era a divisão política da Europa, descobriram que são de fato de origem eslovena e querem que esta origem seja reconhecida.

No campo das relações bilaterais não se pode desprezar o ítem esporte. Os eslovenos participam de praticamente todas as competições internacionais no Brasil, desde a famosa Corrida de São Silvestre, em São Paulo, até a Olimpíada de xadrez para cegos, em Santa Catarina. No campo de futebol há um intercâmbio forte entre o Clube de Futebol América, de Belo Horizonte e o Clube Publikum, da Eslovênia. Troca de jogadores, excursões conjuntas e uma série de atividades que fizeram o jogador da América, Somalia, que hoje joga na Holanda, o jogador estrangeiro mais popular da Eslovênia no ano de 1998.

O intercâmbio econômico é intenso. Na área dos investimentos, empresas e investidores individuais eslovenos se localizaram, principalmente, no Sul da Bahia. Por outro lado, várias empresas eslovenas tem procurado sócios brasileiros para novos investimentos. O Banco LBS de New York, cujo sócio principal é o Nova Ljubljanska Banka, o maior banco esloveno, muito tem investido no Brasil. Tem financiado boa parte das exportações brasileiras, inclusive na crise de fevereiro deste ano, em valores consideráveis.

Os exportadores brasileiros estão descobrindo o mercado esloveno e a pauta das exportações contempla os produtos manufaturados de forma crescente. Como exemplo pode-se citar o fornecimento de turbinas hidráulicas fabricadas pela Siemens para Dravske Elektrarne. O saldo é favorável ao Brasil, mas a Eslovênia também aumentou suas exportações. A corrente do comércio entre os dois países em 1998 representou 94 milhões de dólares, sendo a exportação brasileira superior a 77 milhões de dólares e a

exportação eslovena correspondente a 16 milhões de dólares. Para 1999 a previsão é de 80 milhões de dólares, com queda substancial de exportações eslovenas para o Brasil.

É interessante observar que a Eslovênia possui uma estratégia de presença comercial no mercado brasileiro bastante clara. Venda de produtos de alto valor agregado nos nichos de mercado pouco explorados como eletrônica, farmacêutica, cristais, alumínio de alto valor tecnológico, máquinas especializadas e tecnologia. E mais, venda de produtos de consumo com marca própria, que é o caso dos vinhos eslovenos e dos cristais. Ou seja, ter na mesa do brasileiro produtos de consumo esloveno. As empresas eslovenas também utilizam muito a rede de comercialização das empresas alemãs e austríacas, em especial e perfeita sinergia com as multinacionais presentes no Brasil. É o caso da indústria automobilística onde fornecedores da VW, por exemplo, são fornecedores também no Brasil. Ou a cooperação entre a Renault eslovena e a Renault do Brasil na implantação do projeto Clio. Portanto, pode-se dizer que a Eslovênia exporta muito mais via terceiros países, o que, aliás, é também válido para as exportações do Brasil para aquele país. É importante salientar o papel do Banco do Brasil nesse processo de aumento do comércio, cuja subsidiária em Viena tornou-se um elemento fundamental na promoção das exportações brasileiras para a Eslovênia.

Pode se portanto concluir que a base institucional diplomática promoveu uma intensa relação cultural, esportiva, política e econômica, além da cooperação tecnológica. A independência eslovena trouxe para o comércio externo e para relações políticas internacionais brasileiras, um novo parceiro de valor agregado de soma altamente positiva. O mesmo vale para a República da Eslovênia. A intensidade do comércio bilateral deve ser aumentada, na medida em que os dois países utilizem melhor a posição logística do Porto de Koper, como centro distribuidor de produtos brasileiros para a Europa. Na medida em que os investimentos eslovenos no Brasil se multiplicam, os brasileiros descobrem que o mais novo membro da União Européia traz benefícios para a sua economia.

Stefan Bogdan Salej

é Vice Presidente da Confederação Nacional da Indústria e Cônsul Geral Honorário da República da Eslovênia em Belo Horizonte.

Continuação da contra-capá

Assim, Zupancic perpetuou o êxodo esloveno rumo à América e a certas regiões da Europa Ocidental. Já Ivan Cankar passaria a dedicar-se à prosa (embora tenha publicado sua primeira coletânea de poemas em 1899) e tornar-se-ia um dos mais importantes escritores em sua língua na primeira metade do século XX.

Com o final da Primeira Guerra Mundial, parte expressiva da população eslovena passou a integrar a Iugoslávia e as intensas atividades literárias na Eslovênia acabaram sendo marcadas sobretudo pela poesia.

Entre os poetas eslovenos, o Expressionismo haveria de predominar durante muito tempo, ao contrário do Surrealismo, que vincou a poesia da Sérvia, por exemplo. De qualquer modo, também estavam presentes a poesia de protesto social, os textos de caráter revolucionário e outras correntes marcadas pela complexidade que as profundas mudanças sociais, tecnológicas e político-econômicas acarretavam. Um dos nomes promissores na poesia eslovena do começo do século foi o de Srecko Kosovel (1904-1926), morto aos 22 anos, cuja obra retém traços de um Simbolismo tardio, como lembram alguns versos de seu poema *Ecce Homo*: “E ao meu derredor/ a melancolia cinza-profunda das calçadas/ dos mortos que não conseguem morrer”. Karel Destovnik Kajuh (1922-1944) é outro caso de artista morto na juventude, mas representa apenas um dos vértices dos inúmeros escritores assassinados durante a Segunda Guerra Mundial na Europa Centro-Oriental. A lista é assustadoramente longa, mas basta lembrar o húngaro Miklós Radnóti (1909-1944), o búlgaro Nikola Váptsarov (1909-1942) e o iugoslavo Ivan Goran Kovacic (1913-1943), liquidados pelos colaboradores da ocupação nazifascista; os eslovenos Ivo Grahor (1902-1944), morto no campo de concentração de Dachau e Tone Sifrer (1911-1942), desaparecido no campo de Mauthausen; os poloneses Tadeusz Gajcy (1922-1944), Bruno Schulz (1892-1942) e Krzysztof Baczynski (1921-1944) e o tcheco Jiri Orten (1919-1941).

Filho de camponeses humildes, Kajuh tornou-se um revolucionário, o que lhe custou prisões sucessivas. Em 1943, aderiu à Resistência da Iugoslávia. Seus textos têm fortes influências de Victor Hugo, Lord Byron, Aliexsandr Blok e Vladímír Maiakovski. A lírica que produziu foi ges-

tada no centro do Mal, encarnado na ocupação nazista, com alusões ao passado, às aldeias e aos camponeses da Eslovênia, às paisagens de sua terra, aos reféns capturados e executados na guerra, às mortes sem fim.

E, ainda assim, o poeta deixa evidente em sua obra a crença num mundo novo e melhor, como é o caso do poema *Depois de mil anos*. Além de aludir ao milênio de dominações sucessivas a que seu povo foi submetido, o poeta afirma: “Chegarão em breve a primavera e a alegria”. Muitos de seus textos poéticos são verdadeiras miniaturas, em que as imagens se fundem, num complexo processo criativo. Exemplo claro é o texto intitulado *À noite é pior*: “Em cada noite/ observa o céu/ como se ali ardesse/ estrela rubra vertendo sangue/ que brilha como símbolo destes nossos dias/ lá se cruzarão/ nossos olhares”. Os seus Poemas, coletânea diversificada, são de 1943, apenas um ano antes da morte do escritor e ali aparecem alguns temas básicos com que ele trabalha: vida e morte, a resistência à invasão e ao terror. O poema intitulado *Canção eslovena*, além de ser um verdadeiro emblema patriótico, é fórmula lírico-trágica que mostra um artista engajado, nada diferente aos terríveis acontecimentos que varriam a Europa: “Somos um milhão apenas/agonizantes entre mortos/ (...) /um milhão/ e estaríamos mortos/ não tivéssemos cabeça erguida e resoluta”.

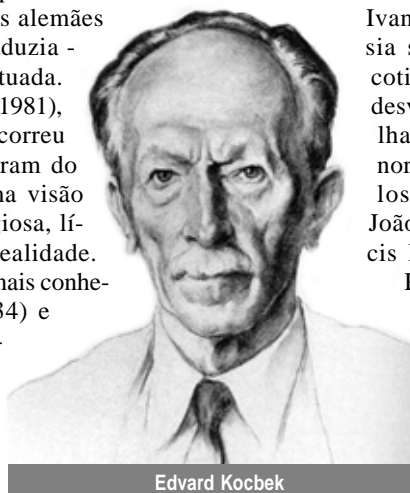
Mile Klopčic (1905-1983), poeta e tradutor, esteve filiado à corrente social-revolucionária da poesia eslovena do entre-guerras. Publicou, entre outros, as coletâneas *Grilhões ardentes* (1924) e *Poemas simples* (1934), nos quais a influência dos modernistas alemães e russos – que ele traduzia – estava bastante acentuada. Edvard Kocbek (1904-1981), poeta e ensaísta, percorreu caminhos que o levaram do expressionismo a uma visão acentuadamente religiosa, lírica e subjetiva da realidade. Seus livros de poesia mais conhecidos são *Terra* (1934) e *Febre* (1963). A exemplo de Klopčic, e muitos outros, Kocbek também foi um intelectual engajado, tendo par-

ticipado ativamente da Resistência durante a Segunda Guerra.

Matej Bor (1913), pseudônimo de Vladimir Pavšic, poeta, dramaturgo, romancista e tradutor, é um dos nomes centrais da moderna poesia eslovena, juntamente com Ivan Minatti (1924). Bor publicou sua primeira coletânea de poemas no meio da Segunda Guerra Mundial, em 1942: tratava-se do volume *Vençamos as tempestades*. Era evidente que a temática estivesse voltada para os graves eventos que assolavam a Europa. Por isso, seus textos aludem à liberdade, aos valores humanísticos, e a grande metáfora das tempestades pode ser entendida como o conjunto de provações que povos inteiros necessitam transpor ao longo de sua história. Em 1946, Bor publicaria outro volume de poesias, sob o título de *Canções*; em 1951, sairia *Hera sobre o precipício*; em 1958, *O rastro de nossas sombras*; em 1963, *Pisamos, pisamos* e, em 1974, editaria seus *Poemas Escolhidos*. Nos anos mais recentes, a temática poética de Bor começa a direcionar-se rumo a uma discussão profunda a respeito dos destinos da Humanidade diante da ameaça do aniquilamento através da bomba atômica. Num verdadeiro estilo narrativo épico, o poema *E o viajante atravessava o século atômico* sinaliza inclusive a destruição do meio ambiente e das espécies vivas existentes sobre o planeta. “Tua lágrima é amarga” exclama um pássaro ao beber a gota que caía da face do viajante rodeado de concreto e ferro. O tom pessimista do texto lembra o romance *O macaco e a essência*, de Aldous Huxley, porque menciona mutações genéticas possíveis e uma humanidade completamente desumana e desfigurada.

Ivan Minatti produz uma poesia sincopada, que poetiza o cotidiano (percorrendo muitos desvãos originais dentro da trilha aberta pelo coisismo do norte-americano William Carlos Williams, do brasileiro João Cabral, do francês Francis Ponge e do sérvio Vasko

Popa) e possui forte criatividade e vigor rude, mas acentuadamente plástico. Basta tomar como exemplo qualquer estrofe de seu longo poema *Pântano* para verificar a singularidade de



Edvard Kocbek

seu trabalho: “ Braço de rio morto/ túmida cerrada/saída/ branco ventre de peixe/ morto anuncia/ busca convulsiva/ rastros de resgate/ entre dorsos roídos/ e olhos mortos”.

Novica Novakovic (1965), é um poeta filiado a uma corrente renovadora e vigorosa, que, de certo modo, retoma as linhas-mestras da Vanguarda européia do início do século 20. O poema *Batimento em delírio* – I exemplifica a tônica de seu trabalho: “Memórias de poetas mortos habitam em mim/um nó de energias maníacas oculta-se em mim, as faces/ escura e ensolarada da Humanidade, as sete/ maravilhas do mundo, há/ imagens contemporâneas e histórias grotescas de Poe./ tudo em mim habita e um nada também...”. Dentre os melhores nomes da poesia eslovena deste século figuram, ainda, Pavel Golia, Tone Seliskar, Joze Udovic, Peter Levec, Alojz Gradnik, Janez Menart, Dane Zajc, Kajetan Kovic, para citar somente alguns, cujas obras merecem ser conhecidas.

Tomaz Salamun, poeta de uma geração mais recente, tem se destacado inclusive no cenário internacional e ele próprio tem vertido seus livros para o inglês. Face à importância que vem adquirindo dentro do panorama da Literatura Eslovena, a figura de Salamun escapa aos limites deste trabalho, e merece avaliação à parte.

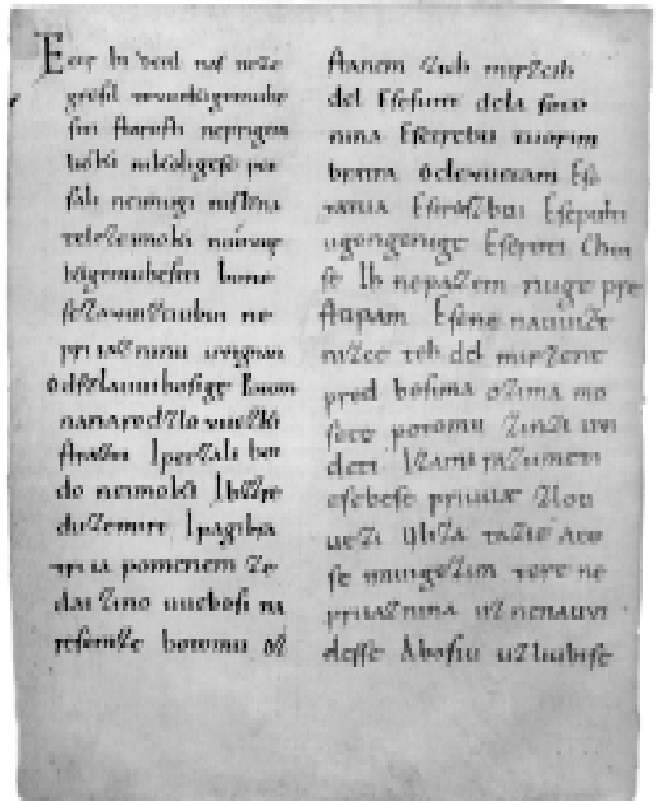
Idealização

Na última década, a prosa eslovena tem dado destaque ao romance histórico, numa evidente mostra de que o passado tem papel extraordinariamente relevante no imaginário simbólico atual dos povos e que a auto-identidade nacional acaba sendo plasmada por um complexo tecido em que se entrecruzam as indefinições do presente e as figuras idealizadas (ou não) de outrora. Talvez não por acaso, a saga eslovena redigida em oito volumes por Bogdan Novak (1944), sob o título genérico de *E a tília verdejou*, tenha sido iniciada no final dos anos 80, quando o processo de desintegração da Iugoslávia de Tito estava em marcha irreversível e as identidades nacionais dos povos constitutivos do país assumiam posição central nos eventos sócio-políticos e até mesmo econômicos. Assim, as duas primeiras partes foram publicadas em 1990, sob o sugestivo título de *À sombra da águia bicéfala*, alusão evidente ao brasão de armas da Sérvia e ao símbolo de poder herdado de

Bizâncio. O oitavo volume veio à luz este ano, sob o título de *Sangue rubro* e o grande ciclo cobre períodos distintos da História, mas abarca os territórios em que vive população eslovena, ou seja, o sul da Áustria e o nordeste da Itália. *Penumbra*, romance de Vladimir Kavcic (1932) ambienta-se no século 18, mas trata do delicado tema da sobrevivência dos povos eslavos de modo geral.

Por seu turno, Milos Mikeln (1930) situa seu romance *A grande carreta* entre o final da Primeira Guerra e o ano de 1947. Portanto, focaliza a História recente de seu país, que se proclamou independente apenas no começo dos anos 90. O fio narrativo gira em torno da invasão da Iugoslávia na Segunda Guerra, a guerra civil do período 1941-45 entre colaboradores do nazifascismo na Eslovênia e na Croácia e os membros da Resistência, a implantação do regime de partido único na Iugoslávia de Tito, etc. Um painel sugestivo que lida com temas ainda presentes no cotidiano da população, sobretudo em função dos dramáticos acontecimentos que marcaram a História da última década naquele pedaço da Península Balcânica. Outra obra que retoma, através da ficção, uma fatia dos trágicos eventos que vincaram a Europa durante o período compreendido entre 1939 e 1945 é o *Livro das Sombras*, da escritora Zlata Vokac (1926-1995), que narra o incêndio da cidade de Maribor e a expulsão dos judeus locais já no verão de 1946, após o término da Segunda Guerra.

Kajetan Kovic (1931), que se tem notabilizado como poeta, publicou em 1996 o romance *O professor de fantasia*, uma espécie de *Madame Bovary* eslovena, naturalmente tardia. Jani Vink (1962) segue linha muito distinta em 1985, *o terremoto*, livro em que busca iluminar com as técnicas ficcionais o terremoto que sacudiu Liubliana naquele ano. Tita Kovac-Artemis (1930) retoma, no livro publicado em 1991, a figura do médico e editor Janez Bleiweis, que viveu no século XIX e desempenhou impor-



Manuscritos do século IX, os primeiros escritos em língua eslovena

tante papel para fixar o padrão do esloveno literário. Dusan Merca (1952), em *O Cantalibro de Galileu* estréia com um estilo próximo ao realismo fantástico e seus personagens perambulam entre os séculos XVII e XX.

Acesso

A exemplo de outros pequenos povos, os escritores eslovenos enfrentam a barreira criada pela própria ferramenta de trabalho e expressão, a língua, porque se trata do idioma de apenas dois milhões de pessoas. Deste modo, expressiva parcela da produção literária em esloveno continua desconhecida aos situados fora do círculo dos especialistas. As traduções mais numerosas acabaram sendo feitas para outras línguas eslavas vizinhas. Em proporção menor, existem versões para o alemão e para o inglês. Em português, quase tudo continua inédito, esperando oportunidade de publicação. Portanto, esse grande e profundo diálogo entre culturas – representado pela tradução – tem amplas portas escancaradas, aguardando séries de *traduttori e traditori*...

Aleksandar Jovanovic
é professor da Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo, jornalista e tradutor.

Poesia dominou no cenário da Literatura Eslovena do século XX

ALEKSANDAR JOVANOVIĆ*

Pequenos povos, muitas vezes, apresentam artistas vigorosos em diferentes domínios e a Literatura tem sido, ao longo de séculos, um dos principais tabuleiros de xadrez sobre o qual as complexas relações entre História, cultura, línguas e movimentos artísticos desfilam. A Europa Centro-Oriental – fronteira intrincada e, muitas vezes violenta, de civilizações – tem dado exemplos diversos e reiterados nesse sentido, visto que produziu, em nações de população pouco numerosa, muitos artistas de porte. Até o começo desta década que se esvai, os eslovenos jamais tiveram seu próprio estado, porque basicamente viveram sob o impacto do mundo de língua germânica e, durante 73 anos integraram a Iugoslávia. No século XX, a poesia tem sido o cenário em que os escritores de língua eslovena têm se destacado, mais do que os prosadores, cujo trabalho de renovação faz-se sentir agora, neste decênio que se encerra.

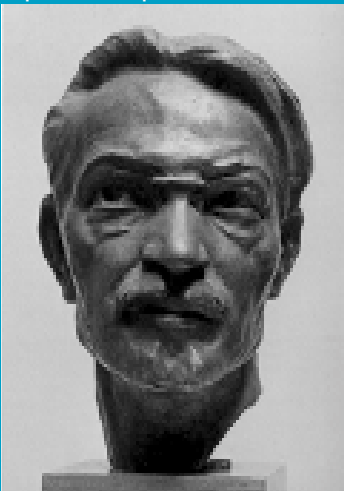
A Literatura Eslovena em língua popular remonta ao século XVI, de baixo do impacto da Reforma; o principal nome a ser destacado é o de Primoz Trubar (1508-1586). Mas foi no século passado, sob o impacto das revoluções nacionalistas da Europa, que o esloveno literário acabou sendo fixado pela obra do poeta France Presern (1800-1849) e graças ao trabalho do lingüista e filólogo Jernej Kopitar (1780-1847), censor do regime dos Habsburgos para livros publicados pelas minorias eslavicas do império. O Modernismo começa na Eslovênia no final do século XIX como reação às tradições literárias estereotipadas, tendo como pano de fundo um verdadeiro embate entre os defensores dos valores urbanos (influenciados pela cultura germânica) e dos valores do mundo rural (nacionalistas). Os líderes da corrente nacionalista eram Ivan Cankar (1876-1918), Oton Zupancic (1878-1949), Dragotin Kette (1876-1899) e Josip Murn-Aleksandrov (1878-1901). Zupancic assimilou muitos traços do Modernismo europeu, embora tenha permanecido, na essência, um poeta arraigado nas tradições de seu pequeno povo. Seu poema Meditação toca numa das questões que mais afligiram o Velho Continente nos séculos XIX e XX: a emigração de grandes massas de população, que fugiam da miséria e buscavam novas oportunidades de vida e trabalho.

cont.pg.12

O escritor Ivan Cankar



O poeta Oton Zupancic



Universidade de São Paulo
Instituto de Estudos Avançados - Área de Assuntos
Internacionais
GEPSt - Grupo de Estudos
sobre os Países Socialistas em Transformação

Coordenadora

Professora Lenina Pomeranz
Fac. de Economia, Administração e Contabilidade da USP
Departamento de Economia

Vice-Coordenadora

Professora Aurora Bernardini
Fac. de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Línguas Orientais



Boletim Trimestral do GEPSt

Conselho Editorial

Embaixador Sebastião do Rego Barros
Prof. Tamás Szmrecsányi
Prof. Milton Campanário
Prof. Afrânio Catani

Editora Responsável

Lenina Pomeranz

Jornalista Responsável

Manoel Carlos Chaparro - MTb 14297

GEPSt - Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, nº 374
7º andar, sala 705 - 05508-900 São Paulo SP
Tels. (011) 818-3927 818-4440 Fax (011) 818-4305
e-mail: mgifalli@usp.br
na internet: www.usp.br/iea/gepst

Diagramação, Editoração & Arte

Regis Avila (11) 257-9038
Tiragem: 1.200 exemplares

Patrocínio

FUNAG/PNUD
FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO/PNUD
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS
PARA O DESENVOLVIMENTO
PROJETO BRA.97/002